

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

CASO Nº 042114/RLJ/0415:

COMUNIDADE RURAL DE CANDELA

VS.

FEDERAÇÃO DA CLONALIA

MEMORIAL DO ESTADO

SUMÁRIO

ÍNDICE DE AUTORIDADES.....	2
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
1 DECLARAÇÃO DOS FATOS.....	7
2 ANÁLISE LEGAL.....	10
2.1 EXCEÇÃO PRELIMINAR: INCOMPETÊNCIA <i>RATIONE MATERIAE</i>	10
2.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DA CLONALIA PELA CRISE AMBIENTAL NA REPÚBLICA DO MARSILI.....	12
2.2.1 Da não violação ao art. 26 da CADH e art. 11 do PSS.....	15
2.2.2 Da não violação ao arts. 5, 21 e 22 da CADH.....	17
2.3 DA REGULARIDADE DO TRATAMENTO DIPENSADO AOS MIGRANTES ILEGAIS.....	19
2.3.1 Da não violação aos arts. 7, 22.7 e 22.8 da CADH.....	21
2.3.2 Da não violação ao art. 8 da CADH.....	24
2.3.2 Da não violação ao art. 13 da CADH.....	25
3 SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA.....	27

ÍNDICE DE AUTORIDADES

Jurisprudência

Corte ECHR. *Caso Affaire A.C. et Autres c. Espagne*. Violação. Julgamento de 22 de Abril de 2014.

Corte IDH. *Caso A Última Tentação de Cristo (Olmedo Bustos e outros) Vs. Chile*, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de febrero de 2001, Serie C No. 73.

_____. *Caso Baena Ricardo y Otros vs. Panamá*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de febrero de 2001, Serie C No. 72.

_____. *Caso Garibaldi vs. Brasil*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203.

_____. *Caso González y otras (“Campo Algodonero”) vs. México*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205.

_____. *Caso Ivcher Bronstein VS. Peru*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 6 de fevereiro de 2001. Serie C No. 74.

_____. *Caso Las Palmeras vs. Colombia*. Excepciones Preliminares. Sentencia de 4 de febrero de 2000. Serie C No. 67.

_____. *Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colombia*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de mayo de 2010. Serie C No. 213.

_____. *Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 31 de agosto de 2004. Serie C No. 111.

_____. *Caso Vélez Loor vs. Panamá*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2010 Serie C No. 218.

Opiniões Consultivas e Outros Documentos

Corte IDH. *Artículo 55 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Opinión Consultiva OC-20/09 de 29 de septiembre de 2009. Serie A No. 20.

Corte IDH. *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados*. Opinião Consultiva OC-18/03, 17 de setembro de 2003. Série A No. 18.

CIDH. *Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão*, de outubro de 2000.

CIDH. *Marco jurídico interamericano sobre o direito à liberdade de expressão*, OEA Ser. L/V/II CIDH, de dezembro de 2009.

Tratados e Convenções

Convenção Americana de Direitos Humanos

Protocolo de San Salvador

Convenção sobre Asilo Territorial de 1954

Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951

Doutrina

BREITWISSER, Liliane Graciele. Refugiados ambientais: breves notas sobre sua proteção jurídica internacional. *In*: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). **Proteção Internacional dos direitos Humanos** (Coleção doutrinas essenciais, v.6). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 895.

CARVALHO, Délton Winter. A sociedade do risco global e o meio ambiente como um direito personalíssimo intergeracional. *In*: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). **Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais** (Coleção doutrinas essenciais, v.3). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. Meio ambiente e os direitos humanos. *In*: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). **Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais** (Coleção doutrinas essenciais, v.3). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. _____. 7 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *In*: GOMES, Flávio Gomes; CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Pacto de San José da Costa Rica**. 3 ed. ver., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

SOUZA, Luiz Sergio Fernandes de Souza. Globalização e Direitos Humanos: Em busca da racionalidade perdida. *In*: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Teoria Geral dos Direitos Humanos. (Coleção doutrinas essenciais, v.1). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

VALLE, Rubén Hernández. **Las sentencias básicas de la Corte Interamericana de Derechos Humanos**. Madrid: Agencia Estatal Boletim Oficial Del Estado – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011, p. 35-36.

BALL, TIMOTHY. “As alterações no clima são um processo natural, em que as emissões de dióxido de carbono têm pouca influência.” [06/02/2007]. Entrevista concedida a O GLOBO ONLINE. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/aquecimento-global-um-processo-natural-diz-climatologista-4217684> >. Acesso em: 28/01/2015.

NOGUEIRA, Joana Laura. Refugiados Ambientais: uma categoria das mudanças climáticas. Disponível em: <

http://ws3.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070411123256.pdf >.

Acesso em: 28/01/2015.

DIAZ, Omar Huertas. A integridade pessoal e sua proteção efetiva perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Wilson Gutiérrez Soler VS. Colômbia. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/768/611> >. Acesso em: 28/01/2015.

PERÓN, Geraldo Magela. Direito Fundamental da Propriedade Privada. Disponível: < http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9339 >. Acesso: 02/02/2015.

LISTA DE ABREVIATURAS

Artigo (os).....	Art (s)
<i>Climate Change Action</i>	CCA
Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	CIDH
Comitê Nacional de Especialistas.....	CNE
Convenção Americana de Direitos Humanos.....	CADH
Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.....	UNFCC
Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	Corte ou Corte IDH
Grupo de Mudanças Climáticas Globais.....	G2C2
Ministério do Meio Ambiente.....	MEC
Ministério das Relações Exteriores.....	MRE
Pacto de San Jose da Costa Rica.....	PSJCR
Página (s).....	P.
Protocolo de San Salvador.....	PSS
Sistema Interamericano de Direitos Humanos	SIDH

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA HONORÁVEL CORTE
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

1 DECLARAÇÃO DOS FATOS

1. A Federação da Clonalia é um Estado honrado e perseverante na defesa dos direitos humanos, conforme se infere da assinatura de diversos documentos internacionais desta seara desde 1976¹. É com este ânimo e em defesa deste compromisso que o Estado se apresenta à Colenda Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante Corte ou Corte IDH) para esclarecimento dos fatos de que emanam as acusações que a organização não governamental *Climate Change Action (CCA)*, em representação aos membros da Comunidade Rural de Candela², tece em seu prejuízo.

2. Clonalia e a República do Marsili têm um passado comum, interrompido em 1967 pela declaração de independência desta, o que foi decidido democraticamente pelos habitantes, mediante referendo. O resultado deste processo são dois Estados distintos, independentes e igualmente soberanos.

3. Por infortúnio, Marsili tem enfrentado, há muito, elevados índices de pobreza e sucessivos desastres naturais. A população local defrontou deslizamentos de terras em áreas urbanas, furacões, tufões e o aumento na média histórica de chuvas; o que em muito se deve as suas próprias características climáticas e topográficas. Diante deste quadro de crise, a

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1976), Convenção Americana de Direitos Humanos (1978); Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW) (1981); Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1991); Convenção da Diversidade Biológica (1994); Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos na Área de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, Protocolo de San Salvador (1996); Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998); Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1994); o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2002), etc.

² Localizada ao norte da Ilha de Theodore, na República de Marsili.

Comunidade de Candela – maior prejudicada – criou o grupo Justiça pelo Clima Global, aliando-se à CCA.

4. O Estado do Marsili está em situação de vulnerabilidade face ao aumento do nível do mar, causado pelas mudanças climáticas, por ser o país com menor altitude no mundo. O Relatório produzido pelo Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2)³, em 2014, estima que haverá perda de até 89% do território atual, ao passo que a submersão total da Ilha já foi anunciada e dita inevitável por uma Comissão de Especialistas em Assuntos Climáticos.

5. Em 2009, cinco estados da Federação da Clonalia, incitados pela CCA, moveram uma ação judicial contra o Ministério do Meio Ambiente (MEC)⁴, acusando suposta falha do órgão na regulação das emissões de gases de efeito estufa a nível federal, com base no art. 56 da Lei 34 de 1993. O processo teve trâmite regular e foi julgado improcedente em primeira instância. A ação foi, então, submetida à Corte Suprema da Clonalia, que, em 2011, decidiu conforme as razões do Ministério, esclarecendo que o âmbito de proteção questionado naquela oportunidade melhor caberia à seara internacional, já que se trata de um fenômeno global.

6. Em março de 2012, a CCA moveu uma ação de nulidade contra a decisão administrativa do MEC na qual o órgão nega o dever de regular a emissão de gases de efeito estufa por tratar-se de um fenômeno global cuja legislação em nível nacional não ofereceria impacto direto e certo sobre a qualidade do ar na Federação. Uma vez decidida judicialmente a questão, foi rejeitada, em 2014, a descabida tentativa de rediscussão do mérito.

7. Em outubro de 2013, 23 famílias abandonaram a República do Marsili e, através de artifícios ilegais, adentraram o território da Clonalia, onde passaram a morar em situação irregular. Esse movimento remonta um processo constatado desde 1990, quando o êxodo massivo decorrente dos problemas climáticos enfrentados por Marsili forçou o Estado da

³ Grupo organizado pelas as Nações Unidas, em 1988, para avaliar cientificamente fenômenos relativos aos impactos das mudanças climáticas à serviço da comunidade internacional.

⁴ Órgão governamental da Federação de Clonalia responsável pela proteção ambiental.

Clonalia a enrijecer o controle do fluxo de pessoas entre os países, passando a exigir o requerimento de visto.

8. A CCA, em abril de 2014, apresentou à Federação da Clonalia solicitação formal dos migrantes ilegais, através da qual peticionou o reconhecimento do *status* de “refugiados ambientais”. O Ministério das Relações Exteriores da Clonalia (MRE)⁵ desconsiderou a solicitação para decidir sobre a situação das famílias, pois entendeu impertinente a vinculação das questões de migração aos assuntos ambientais. Assim, por meio de procedimento padrão, o MRE ordenou a detenção das famílias e iniciou os preparativos para o processo de deportação.

9. Quando noticiada a expedição do mandado de prisão, cerca de oito famílias refugiaram-se na Embaixada da República do Marsili e outras fugiram; destas metade foi capturada e conduzida a uma prisão temporária, enquanto começavam os processos de deportação.

10. A CCA apelou da decisão do MRE, mas o órgão decidiu pela manutenção da medida, com base nos fundamentos antepostos. Apesar do quanto decidido, o MRE, sensível à situação humanitária e política em questão e buscando manter uma adequada atuação diante de futuras imigrações motivadas por circunstâncias ambientais, nomeou um Comitê Nacional de Especialistas (CNE) para apresentar uma proposta que considerasse a possibilidade de futuro vínculo entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental e que verificasse a viabilidade da concessão de asilo por razões ambientais.

11. O Comitê concluiu conforme as razões do MRE quanto à impossibilidade de concessão de asilo em razão de fatores ambientais. O MRE – a quem foi entregue o documento final – prudentemente, adiou a exposição de motivos do relatório por ser o assunto um potencial fator de risco à segurança nacional, à integridade do território, à população civil

⁵ Órgão governamental responsável pelos assuntos internacionais e de imigração da Federação da Clonalia.

e à estabilidade social e diplomática do País. Por igual razão, negou o MRE a concessão do texto da proposta à CCA, que apelou da decisão. A negativa, entretanto, foi confirmada por um Juiz administrativo, que, no exercício do juízo de valor que lhe concerne, entendeu que o interesse ambiental na obtenção das conclusões do Comitê não deve sobrepujar a segurança nacional, que está entre os compromissos essenciais deste Estado.

12. Em 10 de setembro, a CCA se dirigiu à CIDH, tecendo graves acusações contra a Federação da Clonalia no que concerne aos direitos humanos, alegando o cometimento de violações aos arts. 4, 5, 8, 13, 21, 22, 25 e 26 do Pacto de San José da Costa Rica e art. 11 do Protocolo de San Salvador e identificando como supostas vítimas os membros da Comunidade Rural de Candela.

13. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) concedeu medidas cautelares e solicitou à Corte que reconheça o cometimento de violações aos arts. 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 do PSJCR e art. 11 do PSS⁶ e que a decisão demande da Federação da Clonalia a alteração das leis nacionais para oferecer assistência e compensar os membros da Comunidade Rural de Candela, bem como o oferecimento de parte do seu território aos “refugiados ambientais”.

14. A controvérsia quanto às alegações com que é hostilizada a Federação da Clonalia conduz o Estado a se apresentar a este Egrégio Tribunal para expor suas razões, na forma do art. 41 do Regulamento da Corte IDH, e esclarecer a idoneidade da sua atuação, tal como a observância dos limites da sua soberania e dos compromissos firmados internacionalmente.

2 ANÁLISE LEGAL

2.1 EXCEÇÃO PRELIMINAR: INCOMPETÊNCIA *RATIONE MATERIAE*

⁶ Questão 16 do Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético (No. 042114/RLJ/0415 - *Comunidade Rural de Candela vs. Federação da Clonalia*).

15. Através da presente exceção preliminar ⁷, a Federação da Clonalia, conquanto reconheça a jurisdição contenciosa da Corte IDH, acusa incompetência material deste Tribunal para julgar e processar a suposta violação ao art.11 do Protocolo de San Salvador, atinente ao meio ambiente sadio. Isto porque, em que pese o Protocolo seja um instrumento que objetiva o alcance progressivo da proteção dos direitos humanos no âmbito internacional, trata-se de documento apartado da Convenção Americana, pelo que requer específica outorga quanto à competência contenciosa da Corte IDH, para que esta se estabeleça⁸ face à eventual violação dos seus dispositivos; o que o Protocolo de San Salvador não expressa em relação ao art. 11. Explica-se.

16. O art. 19 do PSS, que descreve os meios de proteção aos direitos consagrados neste documento, em seu inciso 6, informa serem os arts. 8, “a” e 13 do Protocolo os únicos cuja violação é passível de justicialização perante a Corte IDH. Uma vez excluído deste rol, o artigo 11 do PSS, conclui-se que a competência material da Corte IDH para processar e julgar não se estende ao dispositivo em questão, dado que a assinatura do Protocolo não expressa vontade ou aquiescência⁹ do Estado neste sentido.

17. Nesta senda, em vista da competência de que goza a Corte IDH para exercer função consultiva em relação a outros tratados de direitos humanos, conforme teor dos arts. 64.1 e 62.3 da CADH, conclui-se, por sua interpretação literal, que a Corte é competente para interpretar o art. 11 do Protocolo de San Salvador, mas não para julgar seu descumprimento¹⁰, razão pela qual pugna a Federação da Clonalia pelo acolhimento desta exceção preliminar e

⁷ Corte IDH. *Caso Las Palmeras vs. Colombia*. Excepciones Preliminares. Sentencia de 4 de febrero de 2000. Serie C No. 67, §34; Corte IDH. *Caso Garibaldi vs. Brasil*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203, §17. Corte IDH. *Caso Manuel Cepeda Vargas vs. Colombia*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de mayo de 2010. Serie C No. 213, §35.

⁸ Corte IDH. *Caso Vélez Loor vs. Panamá*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2010 Serie C No. 218, § 32.

⁹ Corte IDH. *Caso González y otras (“Campo Algodonero”) vs. México*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205, §35.

¹⁰ Corte IDH. *Caso Baena Ricardo y Otros vs. Panamá*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de febrero de 2001, Serie C No. 72, § 98.

consequentemente, pela declaração de incompetência da Corte IDH para julgamento da suposta violação ao art. 11 do PSS.

2.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO DA CLONALIA PELA CRISE AMBIENTAL NA REPÚBLICA DE MARSILI

18. Pesa sob a Federação da Clonalia a acusação de violação aos arts. 5, 21, 22 e 26 da CADH e art. 11 do PSS, sob o argumento de negligência quanto à emissão de gases de efeito estufa. Em verdade, a acusação pretende concluir direta responsabilidade da Clonalia pela crise ambiental em Marsili, sob o argumento de que aquele Estado contribuiu significativamente para o aumento da emissão de gases de efeito estufa e que este fenômeno deu causa à submersão da Ilha e, portanto, aos problemas enfrentados pela Comunidade de Candela em razão da perda do seu território.

19. Primeiramente, é importante esclarecer que a crise ambiental suportada por Marsili decorre da combinação de fatores naturais e antropogênicos, havendo, ainda, sobre estes vozes dissonantes na comunidade científica¹¹. Se, por um lado, é verdade que o aquecimento global contribuiu para que a crise ambiental se instalasse no território ocupado pelas supostas vítimas, não menos é verdade que a baixa altitude do território em questão e as correntes oceânicas circundantes são fatores determinantes para o advento da submersão da Ilha¹².

20. Desse modo, ainda que se assuma, por consenso, que o aquecimento global se agravou devido à ação humana, não se poderá afirmar ser a crise ambiental em Marsili inteiro resultado desta atuação e, menos ainda, se poderá imputar a responsabilidade pelo seu acontecimento a um Estado. Isto se afirma porque todos os Estados concorrem para a geração

¹¹ BALL, TIMOTHY. “As alterações no clima são um processo natural, em que as emissões de dióxido de carbono têm pouca influência.” [06/02/2007]. Entrevista concedida a O GLOBO ONLINE. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/aquecimento-global-um-processo-natural-diz-climatologista-4217684> >. Acesso em: 28/01/2015.

¹² Dado extraído do Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2).

de mudanças climáticas¹³. É certo que alguns países emitem gases poluentes em maior quantidade que outros, todavia, tal fato não expressa necessária negligência daqueles, nem anula a contribuição dos demais.

21. A emissão de gases poluentes pela Clonalia está vinculada à matriz energética da Federação, afinal, sabe-se que a energia é essencial para a existência, funcionamento e desenvolvimento de qualquer país. Nesse sentido, não é razoável exigir que um Estado deixe de produzi-la e, conseqüentemente, de se manter e desenvolver pelo fato de que a sua fonte de produção é mais poluente. Isso seria exigível, evidentemente, se outras tantas fontes de produção estivessem disponíveis e o país optasse por utilizar a mais poluente, o que não coaduna com a atuação da Clonalia.

22. Assim, cumpre destacar que valia-se o Estado dos recursos que tinha disponível, no caso, o carvão mineral. Mas a procura por fontes alternativas resultou na descoberta das maiores reservas de petróleo do País, a "Square". A busca por um meio de redução progressiva da emissão de poluentes levou ao célere início da exploração da reserva por empresa pública. A descoberta tem potencial para promover a independência e estabilidade energética do País, como bem assinalou o Presidente à época dos fatos, mas é também uma forma de reduzir a emissão de GHG, já que o petróleo é, comparativamente, menos poluente que o carvão mineral. Mas não é só isto que rechaça a negligência da qual é acusada a Federação. Vejamos.

23. A Federação da Clonalia sempre se postou em defesa do meio ambiente, fato exposto em atos como a recusa do Estado à ratificação da UNFCC¹⁴, evidenciando a inadequação do documento ao eximir os países que não eram emissores históricos de

¹³ SOUZA, Luiz Sergio Fernandes de Souza. Globalização e Direitos Humanos: Em busca da racionalidade perdida. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Teoria Geral dos Direitos Humanos. (Coleção doutrinas essenciais, v.1). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 1332.

¹⁴ Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, cuja criação foi fruto do Primeiro Relatório do Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2).

assumirem compromissos específicos de redução, ignorando o fato de que, no futuro, a maioria dos países produzirá mais emissões de GHG. Apesar da manifestação de descontentamento, o Estado, numa declaração apresentada à comunidade internacional, aceitou a responsabilidade de adotar medidas nacionais cujo fim seria atingir resultados similares ou comparáveis àqueles definidos pelo Protocolo de Kyoto.

24. Ademais, a Federação da Clonalia, visando oferecer ampla proteção à sua população, criou o Ministério do Meio Ambiente (MEC), cuja estrutura organizacional e funções são reguladas pelo art. 56 da Lei 34 de 1993. O órgão tem como principal função regular e controlar a emissão de qualquer tipo de poluente atmosférico que julgue contribuir para a poluição do ar num nível que coloque em risco a saúde e o bem-estar públicos.

25. Sob o mesmo padrão de atuação, designou o Presidente da Federação um Comitê Nacional de Especialistas (CNE), para que, avaliando o contexto ambiental, humanitário e político atual, apresentasse uma proposta que considerasse a concessão do *status* de refugiados aos membros da Comunidade de Candela. Deste modo, não obstante a assistência pretendida tenha se mostrado inviável, não se pode menosprezar o interesse da Clonalia pela causa e a sua disposição para pesquisar soluções alternativas e cooperar com a comunidade internacional para concretizá-la conjuntamente.

26. A partir dos fatos expostos, afirma-se a percepção de que a busca pelo estabelecimento de meio ambiente sadio deve ser global¹⁵ e incumbi-la a um único país escapa à razoabilidade, igualdade¹⁶ e justiça. De mais a mais, a sucessão de medidas valorosas da Federação da Clonalia em defesa do meio ambiente evidencia o descabimento da acusação de negligência e de todas as violações emanadas deste pressuposto.

¹⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 991.

¹⁶ Corte IDH. *Artículo 55 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos*. Opinión Consultiva OC-20/09 de 29 de septiembre de 2009. Serie A No. 20, §73.

2.2.1 Da não violação ao art. 26 da CADH e art. 11 do PSS

27. Tendo em vista que o art. 26 da CADH impõe a adoção de providências internas e externas, por meio da cooperação internacional, que visem alcançar progressivamente a plena efetividade dos direitos decorrentes das normas econômicas, sociais, sobre educação, ciência e cultura, a Federação da Clonalia se mostrou atuante na busca da plena efetividade dos direitos decorrentes das normas apontadas pelo artigo em análise e, portanto, na proteção aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento sustentável.¹⁷

28. Entendendo-se desenvolvimento sustentável como a busca pela igualdade de tratamento entre as pessoas, em conjunto com uma vida sustentável¹⁸, a Federação da Clonalia, mostrou-se efetiva no cumprimento de medidas em prol da progressão deste desenvolvimento. Isto porque, sempre conferiu aos migrantes tratamento adequado, pautado na preservação dos direitos humanos, fundamentais, individuais e coletivos, excluindo, assim, qualquer tipo de discriminação ilegítima¹⁹.

29. Inclusive, registre-se que estiveram disponíveis aos membros da Comunidade Rural de Candela as mesmas garantias processuais destinadas aos nacionais da Clonalia, sendo-lhes dispensado tratamento igual perante a Lei, em todas as oportunidades em que recorreram ao Judiciário. Em todos os processos judiciais mencionados quando da declaração dos fatos, as supostas vítimas obtiveram das autoridades competentes, em tempo hábil, respostas claras,

¹⁷ **Art. 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos:** Desenvolvimento progressivo: Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

¹⁸ CARVALHO, Délton Winter. A sociedade do risco global e o meio ambiente como um direito personalíssimo intergeracional. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Coleção doutrinas essenciais, v.3). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 1290.

¹⁹ CARVALHO, Délton Winter. Op. Cit., p. 1289.

justificadas e passíveis de recurso, o que mais uma vez demonstra o respeito ao acesso à justiça e às garantias judiciais pelo Estado.

30. Quanto à perspectiva ambiental do desenvolvimento progressivo, já foram amplamente expostas as iniciativas do Estado em defesa do meio ambiente, sendo estas provas de que, a despeito da afirmativa do relatório da *Amnesty Environmental*²⁰ de que a Federação da Clonalia supostamente não teria espaço legal apropriado para regular o assunto das mudanças climáticas- o que seria admissível já que se trata de uma preocupação recente- o Estado busca, com os meios que possui, engajar-se na preservação de um ambiente sustentável²¹.

31. A atuação da Federação da Clonalia, face aos fatos expostos, atende perfeitamente ao disposto no art. 11 do Pacto de San Salvador²², vez que procura estar atenta às atualizações relacionadas às questões ambientais, mantendo, inclusive, um órgão responsável pelo controle do nível de gases poluentes emitidos, visando dar uma vida digna aos seus habitantes.

32. Ora. Seria completamente incongruente a conclusão de que uma federação que visa controlar o nível de poluição ambiental em seu território, seja descuidada em relação à poluição de território exterior, pois o controle externo é consequência direta do interno que, como já afirmado, tem se dado de forma crescente em Clonalia. Nesse sentido, cita-se a criação do MEC²³, como ratificação da preocupação do Estado com as questões ambientais.

33. Ante o exposto, restam completamente afastadas as alegações de violações aos arts. 26 da CADH e 11 do PSS.

²⁰ ONG responsável por pesquisar, organizar e informar para a comunidade internacional o marco legal referente aos assuntos ambientais de todos os países.

²¹ MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. Meio ambiente e os direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Coleção doutrinas essenciais, v.3). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 1329.

²² **Art. 11 do Protocolo de San Salvador:** Direito a um meio ambiente sadio: 1. Toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos. 2. Os Estados Partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente.

²³ Regulado pelo Artigo 56 da Lei 34 de 1993.

2.2.2 Da não violação ao arts. 5, 21 e 22 da CADH

34. Conforme acusação da CCA, a Federação da Clonalia teria violado os arts. 5²⁴, 21 e 22 da CADH, referentes ao direito à integridade pessoal, ao direito à propriedade privada e ao direito de circulação e residência, respectivamente. O argumento utilizado para substanciar a petição apresentada perante a CIDH se baseia no fato de que Clonalia seria, supostamente, responsável “por criar condições climáticas que prejudicam o uso pleno dos direitos humanos básicos da Comunidade Rural de Candela”²⁵.

35. Importante destacar que define-se propriedade privada²⁶ como aquela que tem qualidade própria e especial; ao passo que o direito à propriedade privada engloba os direitos de usar, gozar, dispor de bens e reavê-los de quem tem sua posse de forma ilegal. Relacionando esta conceituação ao caso ora analisado, conclui-se que qualquer Estado tem direito a uso e gozo do seu território, da forma que lhe for conveniente, mantendo a atenção aos limites impostos pelo princípio da cooperação internacional.

36. Dessa forma, não há qualquer sentido em alegar que a Federação de Clonalia, tão atenta às questões ambientais internas, seria responsável por qualquer violação ao direito à propriedade privada dos habitantes da Comunidade de Candela. Dizer isso seria afirmar que Clonalia seria a única responsável pela submersão do território habitado pelas supostas vítimas, quando esta, em verdade, se deu por fatores climáticos, sobre os quais, evidentemente, a referida República não poderia ter controle.

²⁴ **Art. 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos:** Direito à integridade pessoal: 1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano. 3. A pena não pode passar da pessoa do delinquente. 4. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas. 5. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento. 6. As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

²⁵ *Caso da Comunidade Rural de Candela versus Federação de Clonalia*. Caso Nº. 042114/RLJ/0415 – Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ponto 63.

²⁶ PERÓN, Geraldo Magela. Direito Fundamental da Propriedade Privada. Disponível: < http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9339 >. Acesso: 02/02/2015.

37. Já o direito à integridade pessoal é um direito de primeira geração, surgido no final do século XVIII, com as Revoluções Liberais, dentre as quais destacam-se a Francesa e a Americana²⁷. Trata-se, pois de direito que abarca o respeito à integridade moral, física e psíquica, devendo, portanto, ser respeitado, assegurado e preservado pelo Estado e também pelos particulares.

38. Por fim, o direito à circulação e residência²⁸, também de primeira geração, possui a mesma proteção que o direito conceituado no parágrafo anterior.

39. Como destacado pela petição da CCA apresentada à CIDH, o direito dos cidadãos da Comunidade Rural de Candela de exercer a sua propriedade privada, em nada se conecta com o artigo 21²⁹, tendo em vista que a proteção de Direito Humano encontrada no artigo se refere a um direito próprio e não alheio³⁰. O mesmo raciocínio deve ser aplicado em relação aos arts. 5º e 22, afinal, não caberia à Clonalia garantir direitos individuais referentes a um território que não está sob sua jurisdição e poder.

²⁷ DIAZ, Omar Huertas. A integridade pessoal e sua proteção efetiva perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Wilson Gutiérrez Soler VS. Colômbia, p. 3-4. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/768/611> >. Acesso em: 28/01/2015.

²⁸ **Art. 22 da Convenção Americana de Direitos Humanos:** Direito de circulação e de residência: 1. Toda pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado tem o direito de nele livremente circular e de nele residir, em conformidade com as disposições legais. 2. Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país. 3. O exercício dos direitos supracitados não pode ser restringido, senão em virtude de lei, na medida indispensável, em uma sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas. 4. O exercício dos direitos reconhecidos no inciso 1 pode também ser restringido pela lei, em zonas determinadas, por motivo de interesse público. 5. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional e nem ser privado do direito de nele entrar. 6. O estrangeiro que se encontre legalmente no território de um Estado-parte na presente Convenção só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei. 7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada Estado e com as Convenções internacionais. 8. Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude de sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas. 9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

²⁹ **Art. 21 da Convenção Americana de Direitos Humanos:** Direito à propriedade privada: 1. Toda pessoa tem direito ao uso e gozo de seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social. 2. Nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa, por motivo de utilidade pública ou de interesse social e nos casos e na forma estabelecidos pela lei. 3. Tanto a usura, como qualquer outra forma de exploração do homem pelo homem, devem ser reprimidas pela lei.

³⁰ Corte IDH. *Caso Ivcher Bronstein VS. Peru*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 6 de fevereiro de 2001, Serie C No. 74, § 117.

40. Demais disso, registre-se que no caso apresentado, não se tem notícias de efetivas ações cooperativas da comunidade internacional para remediar os atuais efeitos da crise ambiental em Marsili, apesar dos repetidos apelos da República. Assim, não se pode jamais pretender que Clonalia seja obrigada a aceitar as famílias da Comunidade Rural de Candela em seu território, tendo em vista que nenhum país é obrigado a receber refugiados, especialmente quando isso trará graves prejuízos à comunidade interna do país que não possui a estrutura necessária para tanto³¹.

41. Finalmente, caso se entenda pela existência de alguma das violações acima apontadas, destaca-se que nenhuma delas foi proveniente de ações da Federação da Clonalia, como dito, de fatores essencialmente ambientais. Nesse sentido, sabe-se que essa questão envolve todos os Estados mundiais e não somente Clonalia, como faz parecer a CCA em sua petição, razão pela qual este Estado não pode ser responsabilizado, individualmente, pelos danos causados ao ambiente.

42. Fica evidente, então, que Clonalia não violou os artigos 5º, 21 e 22 da Convenção Americana e, portanto, não deve ser penalizada por isso.

2.3 DA REGULARIDADE DO TRATAMENTO DIPENSADO AOS MIGRANTES ILEGAIS

43. Inicialmente, insta esclarecer que as leis nacionais, conforme preconiza o art. 16 da Carta da OEA (1948), se aplicam igualmente aos nacionais e estrangeiros e que definir uma política de imigração³² e fazê-la respeitar é um ato de soberania do Estado³³ que impõe

³¹ NOGUEIRA, Joana Laura. Refugiados Ambientais: uma categoria das mudanças climáticas. p. 2. Disponível em: < http://ws3.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070411123256.pdf >. Acesso em: 28/01/2015.

³² Corte IDH. *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados*. Opinião Consultiva OC-18/03, 17 de setembro de 2003. Série A No. 18. §163.

³³ **Art. 3º da Carta da Organização dos Estados Americanos:** “b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel

algum nível de discricionariedade ³⁴; afinal, trata-se de mecanismo utilizado tanto para a promoção dos interesses estatais, quanto para evitar eventuais ameaças à segurança nacional, ordem pública e bem estar social.

44. O enrijecimento da política de imigração da Clonalia em relação ao povo do Marsili decorre da massividade desse fluxo migratório que se alastrou com o passar dos anos em razão da crise climática. A proximidade entre os territórios e até mesmo o passado comum são fatores que fazem parecer a migração para o território da Clonalia a solução mais adequada diante da submersão da Ilha, mas não o é.

45. Embora Clonalia observe com humanidade a situação da República do Marsili, não pode se propor a receber o fluxo migratório que se anuncia, sendo condescendente com o ingresso ilegal de pessoas no País. Conceder o *status* de refugiado a essas pessoas pode parecer um ato humanitário, mas, em verdade, é uma solução imediatista, que ignora o fato de que o sucesso da imigração ilegal acabará por incitar uma situação insustentável, qual seja, a tentativa de transferência de significativa parcela da população do Marsili para o território da Clonalia.

46. Deve-se pensar que qualidade de vida a Federação da Clonalia poderia passar a oferecer a sua população e aos novos residentes vindos do Marsili, sedentos de prestação assistencial do Governo. Um processo desta natureza afetaria a oferta de emprego, as oportunidades de estudo, a regularidade das moradias, a segurança, enfim, a insuficiência de recursos para sustento dessa política é um fato incontestável.

das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional; e) Todo Estado tem o direito de escolher, sem ingerências externas, seu sistema político, econômico e social, bem como de organizar-se da maneira que mais lhe convenha, e tem o dever de não intervir nos assuntos de outro Estado. Sujeitos ao acima disposto, os Estados americanos cooperarão amplamente entre si, independentemente da natureza de seus sistemas políticos, econômicos e sociais”.

³⁴ **Art. 1º da Convenção sobre Asilo Territorial de 1954:** “Todo Estado tem direito, no exercício de sua soberania, de admitir dentro de seu território as pessoas que julgar conveniente, sem que, pelo exercício desse direito, nenhum outro Estado possa fazer qualquer reclamação”.

47. Não menos absurdo é pretender forçar a Federação da Clonalia a dispor de parte do seu território para ocupação por estrangeiros, cedendo-o à República do Marsili e reduzindo, assim, o seu âmbito de soberania. Tão desarrazoada solução não se cogita, pois “sob a ótica do Direito Internacional, o direito que o Estado tem sobre o seu território exclui que outros entes ali exerçam qualquer tipo de poder (*jus excludendi alios*) e, de outro lado, lhe atribui amplíssimo direito de uso, gozo e disposição”³⁵.

48. Nesse sentido, explica-se que a Federação da Clonalia não nega ajuda à Comunidade Rural de Candela; pelo contrário, o que se pede, apenas, é que a solução seja pensada no âmbito da comunidade internacional, mediante avaliação de eventuais prejuízos e justa repartição do ônus.

49. Não reside justiça alguma em exigir que um Estado corrompa suas leis, rebaixe sua soberania e exponha a risco a segurança nacional, a integridade do seu território, o bem estar e estabilidade da sua população para auxiliar a outro. Suprir as necessidades de país alheio à custa das necessidades básicas internas – algumas delas, inclusive, correspondentes aos direitos humanos da população local – não seria uma forma de preservar e aplicar o princípio da cooperação internacional, mas uma transferência e agigantamento do problema.

2.3.1 Da não violação aos arts. 7, 22.7 e 22.8 da CADH

50. A acusação de violação aos arts. 7º³⁶ e 22.7 e 22.8³⁷ da CADH se refere à prisão dos migrantes ilegais da Comunidade de Candela, ocorrida em território da Federação da

³⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 7 ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 466.

³⁶ **Art. 7º da Convenção Americana de Direitos Humanos:** “Direito à liberdade pessoal: 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. 2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários. 4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da detenção e notificada, sem demora, da acusação ou das acusações formuladas contra ela. 5. Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser

Clonalia. A atribuição de responsabilidade por tais violações nem mesmo coaduna com a condição de ilegalidade das supostas vítimas³⁸. Não reflete razoabilidade ou justiça admitir que pessoas que adentraram o território nacional burlando os trâmites de imigração do País reclamem imperativamente que o mesmo se furte a tomar as medidas necessárias para o processo de deportação, quando este é devido, e ainda garanta sua circulação e residência no território.

51. Da interpretação literal dos artigos 22.7 e 22.8 da CADH não se extrai o dever do Estado de conceder o *status* de refugiado aos imigrantes, isto porque o direito de busca e obtenção de asilo preconizado no primeiro dispositivo está vinculado a uma causa que não se constata no caso em tela: a “perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos”³⁹. E mais: a impossibilidade de expulsão ou entrega do estrangeiro a outro Estado, a teor do art. 22.8, se estabelece tão somente quando a devolução implica ameaça ao direito à vida ou à liberdade pessoal do estrangeiro “em virtude de sua raça, nacionalidade, religião,

julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo. 6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura, se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados-partes cujas leis prevêm que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.

7. Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”.

³⁷ **Art. 22.7 e 22.8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos:** “7. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada Estado e com as Convenções internacionais. 8. Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude de sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas.”

³⁸ **Art. 22.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.**

³⁹ “O instituto jurídico do *asilo* pertence ao Direito Internacional Público e se encontra, atualmente, regulamentado por convenções internacionais específicas. Trata-se do recebimento de estrangeiro em território nacional, sem os requisitos de ingresso, para evitar a punição ou perseguição baseada em crime de natureza *política ou ideológica* – ou crime comum conexo com delito político –, geralmente (mas não necessariamente) cometido em seu país de origem. Não se trata aqui do instituto do *refúgio*, que tem a sua concessão baseada em motivos perseguição por raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política. Assim, no primeiro caso têm-se os *asilados*, no segundo, os *refugiados*”. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. In: GOMES, Flávio Gomes; CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos : Pacto de San José da Costa Rica**. 3 ed. ver., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 183.

condição social ou de suas opiniões políticas”, hipótese a qual não se subsumem as supostas vítimas.

52. Outrossim, a ideia de “refugiado ambiental” não adere à definição de refugiado concebida normativamente, pois não está contida no conceito oferecido pela Convenção de 1951⁴⁰, nem na do Protocolo de 1966⁴¹. “Desta feita, não há como se subsumir a ideia de refugiado por causas ambientais ao disposto na Convenção de Genebra, estando esses indivíduos numa zona de ‘não-direito’ do sistema tradicional de proteção internacional dos refugiados”⁴².

53. Demais disto, quanto à liberdade pessoal, registre-se que a detenção foi ordenada pelo MRE, se deu mediante mandado e por motivo legítimo, não havendo, portanto, que se falar em qualquer ato ilegal e/ou abusivo por parte do Estado da Clonalia.

54. De igual modo, não se tem qualquer relato de ausência de informação quanto às razões da detenção – as supostas vítimas conheciam a condição de ilegalidade do seu ingresso –, bem como não houve prolongamento da restrição de liberdade por demora no procedimento ou criação de obstáculos ao acesso à justiça. Diante disso, resta inequívoca a inocorrência de violação ao art. 7º da Convenção.

55. Importante, neste ponto, informar que os peticionários buscaram judicialmente reverter as razões da detenção, qual seja, a condição de ilegalidade da sua permanência no país; mas em momento algum as supostas vítimas suscitaram qualquer ilegalidade da detenção perante o Poder Judiciário, o que tiveram e têm liberdade para fazer, caso julguem devido. Assim, diante da ausência de denúncia neste sentido, não há como presumir ilegalidade.

⁴⁰ Art. 1º da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951.

⁴¹ Art. 1º do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1966.

⁴² BREITWISSER, Liliane Graciele. Refugiados ambientais: breves notas sobre sua proteção jurídica internacional. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Org.). Proteção Internacional dos Direitos Humanos (Coleção doutrinas essenciais, v.6). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 895.

2.3.2 Da não violação ao art. 8 da CADH

56. Quanto ao que expõe o art. 8º⁴³ da CADH, no caso sob apreciação, vê-se em diversos momentos que seus fundamentos foram atendidos pela Federação da Clonalia, de modo que não foram interpostos quaisquer obstáculos ao acesso à justiça⁴⁴.

57. Relembre-se que, em 2009, cinco estados da Federação da Clonalia e um grupo de cidadãos, organizado pela CCA, moveram uma ação judicial contra o MEC. A demanda judicial foi apreciada pelos tribunais competentes, obteve decisão clara e fundamentada em primeira instância e se submeteu ao duplo grau de jurisdição. Houve, em 2011, apelação à Corte Suprema da Clonalia, a qual decretou que a procedência da decisão do MEC e informou que a discussão melhor caberia ao nível político internacional e que à Justiça nacional.

58. Os demandantes ainda moveram uma ação de nulidade contra a decisão administrativa do MEC, a qual foi julgada improcedente sob a justificativa de que se tratava

⁴³ **Art. 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos:** Garantias judiciais: 1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza. 2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por um tradutor ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal; b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada; c) concessão ao acusado do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa; d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor; e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei; f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no Tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos; g) direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada; e h) direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior. 3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza. 4. O acusado absolvido por sentença transitada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos. 5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

⁴⁴ “La CIDH ha considerado, en relación con El numeral 8.1 de la CADH, que esta disposición consagra El derecho de acceso a la justicia. De Ella se desprender que los Estados no deben interponer trabas a las personas que acudan a los jueces o tribunales en busca de que SUS derechos Sean determinados o protegidos. Cualquier norma o medida de orden interno que imponga costos o dificultades de cualquier otra manera AL acceso de los individuos a los tribunales y que no este justificada por razonables necesidades de la propia administración de justicia, debe entenderse contraria AL precitado artículo 8.1 de la Convención.” VALLE, Rubén Hernández. **Las sentencias básicas de la Corte Interamericana de Derechos Humanos**. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial Del Estado – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011, p. 35-36.

de uma reiteração da disputa judicial já decidida, não competindo à instância administrativa pronunciar-se novamente para reformar decisão judicial.

59. Em outubro de 2013, migrantes ilegais provenientes da Comunidade Rural de Candela, representados pela CCA, apresentaram uma petição para reconhecimento do *status* de “refugiados ambientais”. O MRE, em fevereiro de 2014, determinou que não consideraria a solicitação, pois os assuntos ambientais não podem e não devem ser misturados com as questões de migrações. Assim, foi rejeitada a solicitação por decisão de invalidade da mesma, já que não há previsão legal de concessão do *status* de “refugiado ambiental”. Devida, portanto, a ativação dos meios apropriados para o estabelecimento do procedimento deportação pela autoridades de imigração.

60. As respostas para as ações e respectivos recursos foram oferecidas com celeridade, clareza e efetividade, a partir de autoridades e tribunais competentes, abrangendo os direitos fundamentais e respeitando o aspecto moral dos indivíduos, sem descriminá-los, sendo a solução final dada após o esgotamento de todos os meios legais⁴⁵.

61. Diante disso, não há que se falar em violação às garantias judiciais, vez que todas elas foram devidamente asseguradas em todas as tentativas de acesso à justiça, conforme restou demonstrado nos parágrafos anteriores.

2.3.2 Da não violação ao art. 13 da CADH

62. Conforme relato dos fatos que ensejaram a presente demanda, é manifesta a inocorrência de qualquer investida do Estado da Clonalia contra a liberdade de pensamento ou expressão das supostas vítimas. Pelo contrário, consciente do valor democrático deste direito, é que a Federação da Clonalia assegura a sua proteção através da adesão aos diferentes tratados internacionais firmados na seara dos direitos humanos e se abstém de censurar ou

⁴⁵ Corte ECHR. *Caso affaire AC et Autres vs. Espanha*. Violação. Julgamento de 22 de Abril de 2014. §4.

inibir o seu exercício, beirando por vezes a benevolência. Demonstração disto se verifica quando a CCA, após o insucesso da ação judicial que moveu contra o Ministério do Meio Ambiente (MEC), foi à imprensa divulgar graves acusações contra o Estado e o fez de forma livre, sem submeter-se a censura prévia ou qualquer retaliação direta ou indireta.

63. É ciente, entretanto, o Estado de que a liberdade de pensamento e expressão se manifesta não somente numa dimensão individual, mas também social⁴⁶, o que nos termos do art. 13, 1 do PSJCR, inclui a procura, obtenção e difusão de informações. Sobre isto, basta informar que, assim como não houve qualquer cerceamento do direito dos emitentes da denúncia, nenhuma notícia se tem de prejuízo ao meio de imprensa de que se valeu a contraparte. A representante das supostas vítimas, portanto, expressou livremente sua opinião, abstendo-se o Estado não somente de criar empecilhos para que a população conhecesse este conteúdo, mas também de responder à ofensa, a despeito da sua gravidade.

64. Ainda que se tente enquadrar como negativa de acesso à informação o adiamento da exibição do documento entregue pelo Comitê Nacional de Especialistas (CNE) ao MRE – onde consta a exposição de motivos pelos quais o Comitê expressa apoio à negativa de concessão de asilo por motivos ambientais –, tal qual pretende a contraparte, a subsunção projetada não é devida, conforme se passa a esclarecer.

65. Cuida-se de documento produzido a pedido da Presidência da Federação da Clonalia a fim de orientar sua atuação quanto à possibilidade de vínculos futuros entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental, com foco para a situação da República do Marsili. São imediatos interessados em tal documento, portanto, os órgãos competentes do Estado e não o público em geral.

⁴⁶ Corte IDH, *Caso A Última Tentação de Cristo (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile*, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de febrero de 2001, Serie C No. 73, §§ 64-66. Corte IDH. *Caso Ricardo Canese vs. Paraguay*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 31 de agosto de 2004. Serie C No. 111, §79.

66. Ademais, o Ministério de Relações Exteriores informou o adiamento da exibição do teor do referido documento por motivos de proteção à segurança nacional, à integridade do território, à população civil e à estabilidade social e diplomática do País. As razões expostas autorizariam a mitigação do direito de acesso à informação⁴⁷, que, como outros direitos humanos, é passível de ponderação diante de um interesse de igual ou superior valor. Isto, entretanto, se diz em hipótese, pois sequer é possível falar em negativa de informação ou mitigação do direito à liberdade de pensamento e expressão, pois não houve mais do que o mero adiamento do acesso.

67. Prevenindo-se contra eventual entendimento da Corte de configuração da mitigação do direito expresso no art. 13 da CADH em prejuízo das supostas vítimas no episódio narrado, é que insta ressaltar que a jurisprudência do SIDH informa ser admissível a restrição à liberdade de expressão quando esta se mantiver adstrita aos limites da legalidade, necessidade e proporcionalidade, em vista da realização de objetivos legítimos e através dos meios idôneos à sua concretização⁴⁸.

68. Por tal finalidade ilibada rege-se a conduta da Federação, que busca proteção contra a tensão política ocasionada pela República do Marsili, com base na errônea conclusão de que a inadmissibilidade da solicitação do *status* de refugiado dos migrantes ilegais da Comunidade de Candela se trata de um ato de perseguição e discriminação da Federação de Clonalia.

3 SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA

69. Diante do exposto, a Federação da Clonalia, solicita a esta Honorável Corte que reconheça a inocorrência das violações aos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 do CADH e art. 11

⁴⁷ CIDH. Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, de outubro de 2000, art. 4º.

⁴⁸ CIDH. Marco jurídico interamericano sobre o direito à liberdade de expressão, OEA Ser. L/V/II CIDH, de dezembro de 2009, § 66.

do PSS, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade pelo suposto descumprimento. Assim, requer que a Corte considere a preliminar com relação a impossibilidade de julgamento do art. 11 e decida pela improcedência da demanda proposta pela CCA em representação à Comunidade Rural de Candela, rechaçando o pleito de alteração das leis nacionais, assim como de estabelecimento de política de assistência; compensação à comunidade rural de Candela; oferecimento de parte do seu território e *status* de refugiados ambientais.